122/2024

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DO
CADASTRO DA PROPRIEDADE
RÚSTICA E SISTEMA DE
MONITORIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO
SOLO - PROC -SERV - CPRÉVIA -
12/2024.**-----

---Aos vinte e quatro dias do mês julho do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Celorico de Basto, Edifício dos Paços do Concelho, sendo elaborado por mim, Vitor Manuel Ramos Marinho, Técnico Superior de Solicitadoria, na qualidade de Oficial Público, determinado por despacho do Presidente da Câmara datado de 14 de Setembro de 2023, celebra-se o presente contrato tendo como outorgantes: -----

---PRIMEIRO OUTORGANTE-----

---MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO, Entidade equiparada a Pessoa Coletiva n.º 506 884 929, com sede na Praça Cardeal D. António Ribeiro nº1, em Celorico de Basto, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **José António Peixoto Lima**, com domicílio profissional, no edifício dos Paços do Município, de Celorico de Basto, sito na Praça Cardeal D. António Ribeiro nº 1, nos termos do disposto na alínea f), nº 2 do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 106º do Código dos Contratos Públicos.-----

---SEGUNDO OUTORGANTE-----

---GEOATRIBUTO CONSULTADORIA E INFORMAÇÃO PARA O PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO LDA, com sede na Rua Faustino Ferrador, número 3, na freguesia e concelho de Braga, Sociedade por Quotas com o número de Pessoa Coletiva 506.526.585, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Braga, com o capital social de cem mil euros , neste ato legalmente

representada, por [REDACTED], Portuguesa que outorga na qualidade de sócio gerente e legítimo representante legal, conforme poderes constantes na respetiva certidão comercial permanente, documento arquivado no respetivo processo.-----

---Verifiquei a identidade e poderes do representante do primeiro outorgante por conhecimento pessoal, a identidade do representante do segundo outorgante através do certificado de assinatura digital, e os seus poderes através da certidão comercial permanente com o código de acesso número : [REDACTED], subscrita em [REDACTED] e válida até [REDACTED]-----

---Nesta conformidade, o representante do primeiro outorgante declarou que, por seu despacho datado de 22 de julho de 2024, foi decidido adjudicar após recurso a consulta prévia ao segundo outorgante o contrato de prestação de serviços para a “ **ELABORAÇÃO DO CADASTRO DA PROPRIEDADE RÚSTICA E SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO** ”, sendo nessa sequência celebrado o presente contrato, nos termos e condições seguintes: -----

---PRIMEIRA (Objeto contratual) -----

O presente contrato de prestação de serviços tem por objeto principal prestação de serviços de para a Elaboração do Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo, de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos e demais peças procedimentais. -----

---SEGUNDA (Duração do contrato) -----

1.O contrato mantém-se em vigor pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.-----

2.O contrato entra em vigor no dia seguinte ao da data da sua assinatura..-----

---TERCEIRA (Obrigações principais do segundo outorgante) -----

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no respetivo caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o segundo outorgante (prestador de serviços) as seguintes obrigações: -----

a) Obrigação de execução dos serviços identificados na sua proposta, em conformidade com as especificações e quantidades constantes da cláusula 20ª da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente caderno de encargos.-----

---QUARTA (Preço contratual) -----

Pelo fornecimento dos serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no respetivo caderno de encargos, o primeiro outorgante pagará ao segundo outorgante, o preço constante da proposta adjudicada, nomeadamente, o valor de **72.510,00€ (Setenta e Dois Mil e Quinhentos e Dez Euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

---QUINTA (Condições de pagamento) -----

1. As quantias devidas pelo primeiro outorgante, nos termos da clausula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo município das faturas emitidas nos termos do artigo 36º CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após a prestação dos serviços, nos termos do artigo 9º, n.º 1 da LCPA (Lei 8/2012 de 21 de fevereiro).-----

2. Em caso de atraso do primeiro outorgante no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora. -----

3. Em caso de discordância por parte do primeiro outorgante, quanto aos valores das faturas, deve esta comunicar por escrito ao segundo outorgante, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

4. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Celorico de Basto, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo especificar o número da encomenda e/ou número sequencial de compromisso. -----

5. Desde que devidamente emitidas , as faturas são pagas preferencialmente através de transferência bancária. -----

---SEXTA (CABIMENTOS E COMPROMISSOS) -----

1. A prestação de serviços objeto do presente contrato consta do Orçamento do primeiro outorgante para o ano de 2024, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: -----

Plano de atividades:2021/I/4 -----

Económica:020220-----

Cabimento:1029/2024, de 26/06 -----

Requisição:1210/2024, de 24/07-----

2. Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso 1174/2024, de 24/07 em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 9º e n.º 3 do artigo 5º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e alínea c) do n.º 3 do artigo 7º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de janeiro.-----

---SÉTIMA (Designação do gestor do contrato) -----

1. Para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestora do contrato, [REDACTED] Chefe de Divisão em regime de substituição, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, por despacho datado de 08 de julho de 2024 do Sr. Presidente da Câmara , sendo substituído nas suas faltas e impedimento por [REDACTED] , Chefe de Unidade em regime de substituição . -----

2. A substituição do gestor do contrato temporária ou definitivamente nos termos do numero anterior não implica a alteração do contrato.-----

3.A substituição do gestor do contrato é oponível ao segundo outorgante por mera notificação.-----

OITAVA (Prevalência) -----

1. Consideram-se como condições a observar na execução da prestação de serviços, as expressas no contrato, bem como as referidas no n.º 2 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no mencionado n.º 2 do artigo 96º do CCP, aplica-se o disposto nos n.º 5 e 6 do mesmo artigo 96º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

---NONA (Legislação Aplicável e caderno de encargos) -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, respetivas alterações, restante legislação aplicável e no respetivo caderno de encargos. -----

---DÉCIMA (Foro competente) -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal do círculo de braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

---DÉCIMA PRIMEIRA Comunicações e notificações-----

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.-----

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes no contrato deve ser comunicada por escrito à outra parte. -----

---DÉCIMA SEGUNDA (Disposições Finais) -----

1. Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; --

2. Pelo Sr. Presidente da Câmara, em 08 de julho de 2024, foi autorizado a abertura do procedimento com recurso a consulta prévia, relativamente à presente prestação de serviços , conforme o disposto nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 20º, conjugado com a alínea b) do nº1 do artigo 16º e do artigo 112º, todos do Código dos Contratos Públicos .-----

3. A minuta do presente contrato foi aprovada por despacho 22 de julho de 2024, em

conformidade com o caderno de encargos devidamente aprovado em 08 de julho de 2024, tendo sido todos os despachos efetuados pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

4. Foram apresentados pelo segundo outorgante: registos criminais, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a segurança social e serviço de finanças e declarações anexas I e II ao CCP e código da certidão permanente. -----

---Os outorgantes na qualidade em que intervêm, aceitam o presente contrato nos termos e condições exaradas e que tem conhecimento do seu conteúdo e do teor dos documentos que o instruem. -----

---O presente contrato foi efetuado num único exemplar, é composto por seis páginas, que vai ser assinado eletronicamente, através de assinatura digital, por ambos os outorgantes e pelo Oficial Público que o elaborou, nos termos e para os efeitos do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, em sinal de conformidade e de aceitação do seu conteúdo, considerando-se datado e válido com a aposição da última assinatura.-----

---Documentos anexos ao presente contrato e que dele fazem parte integrante: -----

---a) Fotocópia da proposta apresentada pelo segundo outorgante. -----

---b) Fotocópia do caderno de encargos. -----

(O Primeiro Outorgante)

(O Segundo Outorgante)

(O Oficial Público)